

**1º ADITIVO**

**PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**CONSTRUTORA LYTORÂNEA S.A.**

(Processo nº 0010261-54.2017.8.19.0024)



**OUTUBRO/2022**

## **I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Diante das drásticas transformações impostas pela crise econômica superveniente à apresentação do Plano de Recuperação Judicial, sobretudo por efeito da Pandemia do Covid-19 sobre a economia mundial e, particularmente, sobre parte importante do modelo de negócio e financiamento em que estruturadas as atividades da Recuperanda, objetivando preservar as condições para impulsionamento de sua atividade e pagamento de suas obrigações, bem como de forma a contemplar também sugestões e demandas recebidas de seus diferentes credores, tornou-se inevitável implementar modificações no Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) originalmente apresentado, pelo que serve o presente instrumento para incorporar as **ALTERAÇÕES AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL** abaixo especificadas.

## **II – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Relativamente ao **item nº 3.1 do PRJ** o presente aditivo tem por finalidade atualizar as referências legais e a redação dos subitens ‘f’, ‘l’ e ‘m’, bem como acrescer as novas disposições de ‘n’ a ‘s’, conforme a seguinte redação:

**f.** Caso se verifique o descumprimento de qualquer obrigação prevista no presente plano, a Recuperanda terá um prazo de 30 (trinta) dias para purgação da mora, contados a partir da comunicação enviada pelo credor noticiando o descumprimento, sendo que, em caso de não regularização no prazo indicado, os credores serão ouvidos e poderá ser convocada nova assembleia geral de credores para deliberação sobre novo Plano de Recuperação Judicial.

**l.** Caso se faça necessário viabilizar ou incrementar as receitas operacionais com vias à preservação do regular pagamento das obrigações assumidas neste plano, e/ou diante da constatação de interesse por parte de outros agentes de mercado na aquisição de unidades produtivas da Recuperanda, em conjunto ou separadamente, fica autorizada a criação de uma ou mais Sociedades Subsidiárias ou UPI's (Unidades Produtivas Isoladas) para transferência da respectiva operação a ser a esta vinculada com seus correspondentes atestados e certificados técnicos quando for o caso. Referidas sociedades poderão ser operadas pela própria Recuperanda ou ser destinadas à venda dentro do modelo previsto na Lei 11.101/05.

A fixação do preço e condições de venda poderá se dar por qualquer das modalidades previstas nos artigos 60, 60-A e seus parágrafos, 141, 142 e 143, e seus incisos e parágrafos combinados, da Lei 11.101/35, dando-se sempre prévia ciência aos credores.

**m.** Os pagamentos serão efetuados, sempre, mediante crédito em conta corrente do respectivo credor até o último dia do respectivo mês de vencimento. O credor deverá indicar à Recuperanda, com cópia ao Administrador Judicial, até 30 (trinta) dias após a decisão de homologação do plano e através do e-mail *credoresrjlytoranea@lytoranea.com.br*, a respectiva conta bancária para depósito, valendo o comprovante de depósito e/ou transferência bancária como recibo de quitação do aludido pagamento. Caso o credor não indique a conta corrente para depósito, o valor do crédito seguirá na gestão de caixa e giro da Recuperanda até a efetiva indicação da conta corrente sem que isso implique em descumprimento de qualquer obrigação, passando a contar seus prazos de pagamento a partir da efetiva indicação.

**n.** Consideram-se credores sujeitos à recuperação judicial todos aqueles detentores de créditos decorrentes de quaisquer obrigações, atos ou fatos anteriores à data deste PRJ, quer os já líquidos quer os que ainda se encontrem ilíquidos nesta data, que deverão ser igualmente pagos nos termos deste PRJ quando tornados definitivamente líquidos.

**o.** Quando a Recuperanda, a qualquer tempo, de um lado possuir débitos com determinado(s) Credor(es), bem como, por outro lado, possuir crédito contra este(s) mesmo(s) Credor(es), poderá optar pela compensação de tais créditos e débitos. Se nesta compensação ainda restar débito a ser quitado pela Recuperanda, tal débito será pago no fluxo de pagamento de sua respectiva categoria, respeito integralmente os demais termos deste Plano de Recuperação Judicial.

**p.** A Recuperanda poderá, a seu critério e independentemente de qualquer nova autorização, a qualquer momento, devendo apenas comunicar previamente o Administrador Judicial e o Juízo da Recuperação, realizar quaisquer operações de reorganização societária, inclusive fusões, incorporações, cisões, transformações e dissoluções, dentro do seu grupo societário ou com terceiros, ou promover a transferência de bens entre sociedades do mesmo grupo societário, bem como para fundos de investimentos previstos na legislação em vigor, desde que tais operações não resultem em: (i) descumprimento das obrigações da Recuperanda

assumidas neste Plano de Recuperação Judicial; ou (ii) aumento injustificado do endividamento total da Recuperanda.

**q.** A Recuperanda poderá buscar novos recursos, por meio da celebração de financiamentos ou aumento de capital, durante o cumprimento deste PRJ, de modo a melhor estruturar os mecanismos de recuperação previstos para a Recuperanda, inclusive, se necessário, com oneração de seus ativos e ou compartilhamento de garantias, de acordo com as modalidades previstas nos artigos 69-A a 69-F da Lei 11.101/05 ou outras equivalentes oferecidas no mercado de crédito.

**r.** Eventuais cobranças por redirecionamento de obrigações de terceiros, quando efetivamente reconhecidas como de responsabilidade da Recuperanda, serão liquidadas sempre e apenas pelo exato mesmo valor principal exigível do devedor originário e sob as condições deste Plano.

**s.** Eventual anulação ou declaração de nulidade de uma cláusula do presente Plano, no todo ou em parte, não prejudica ou invalida as demais cláusulas e disposições aqui negociadas, que seguirão absolutamente válidas e vinculantes a todos por ele abrangidos.

### **III – DO PAGAMENTO DAS DÍVIDAS**

Relativamente ao **item nº 5 do PRJ** o presente aditivo tem por finalidade incorporar pontuais alterações aos **subitens nº 5.2.1 (Credores Trabalhistas), 5.2.2 (Credores com Garantia), 5.2.3 (Credores Quirografários) e 5.2.4 (Credores ME/EPP)** e consolidar em total substituição as modalidades ali previstas, conforme a seguinte redação:

#### **5. DO PAGAMENTO DAS DÍVIDAS**

##### **5.1. Do Pagamento das Classes de Credores e sua Quitação**

Com o pagamento dos créditos nas formas estabelecidas no Plano, haverá a quitação automática, plena, geral, irrestrita, irrevogável e irretratável, de toda a dívida sujeita ao Plano, incluindo juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações. Com a quitação, os credores nada mais terão o que reclamar contra CONSTRUTORA LYTORANEA ou qualquer de suas controladoras, controladas, subsidiárias, coligadas,

afiliadas e outras sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico e, ainda, seus respectivos diretores, conselheiros, acionistas, sócios, agentes, funcionários, representantes, eventuais garantidores, sucessores e cessionários, extinguindo-se, de imediato, qualquer obrigação acessória que diga respeito ao respectivo crédito.

## **5.2. Critério de Pagamento dos Credores**

Dividiram-se os credores em 4 (quatro) Grupos – Trabalhistas, Com Garantia Real, Quirografários e ME/EPP, que, respeitadas as condições acima, serão pagos da seguinte forma:

### **5.2.1. CLASSE I - CREDITORES TRABALHISTAS**

Os Credores Trabalhistas (Classe I) poderão optar por receber em uma das seguintes modalidades:

- A. Pagamento do valor integral reconhecido no quadro geral de credores, mediante recebimento, ao seu tempo, dos valores oriundos de créditos de serviços prestados e não pagos contra a Prefeitura Municipal de Itaboraí, Prefeitura Municipal de Belford Roxo, Colégio Naval, UFRJ e Casa da Moeda do Brasil. Os créditos serão distribuídos *pro-rata* entre os credores optantes por esta modalidade de pagamento.
- B. Com deságio de 70% (setenta por cento) sobre o valor dos créditos reconhecidos no quadro geral de credores e liquidação dos saldos daí apurados em até 12 (doze) meses, com atualização pela taxa de TR + 1,00% ao ano.

A opção deverá ser manifestada no prazo improrrogável de trinta dias contados da assembleia que aprovar o Plano de Recuperação Judicial, através de correspondência à Recuperanda através do *e-mail credoresrjlytoranea@lytoranea.com.br*, com cópia ao Sr. Administrador Judicial. A não manifestação dos credores no prazo acima fixado será considerada como opção pela modalidade **A** de pagamento. Superado tal prazo, os credores poderão apenas, mediante anuência e disponibilidade de caixa da Recuperanda, solicitar a antecipação de seu recebimento através da concessão de desconto conforme previsto na modalidade **B** de pagamento.

### **5.2.2. CLASSE II - CREDORES COM GARANTIA**

Os credores com garantia (Classe II) serão pagos com deságio de 80% (oitenta por cento) sobre o valor dos créditos reconhecidos no Quadro Geral de Credores, no prazo de até 10 (dez) anos, com 2 (dois) anos de carência, através de parcelas mensais e sucessivas, com atualização pela taxa da TR + 0,5% (meio por cento) ao mês.

### **5.2.3. CLASSE III - CREDORES QUIROGRÁFIOS**

Os Credores Quirografários (Classe III) poderão receber através de uma das seguintes modalidades:

- A. MODALIDADE PADRÃO: Os Credores Quirografários (Classe III) serão pagos através de uma parcela inicial de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), até o limite dos respectivos créditos reconhecidos no quadro geral de credores, com vencimento em 90 (noventa) dias e, sobre o saldo apurado após tal pagamento, com deságio de 50% (cinquenta por cento) e liquidação do novo saldo daí apurado em até 06 (seis) anos, após 01 (um) ano de carência, através de parcelas mensais e sucessivas, com atualização pela taxa de TR + 0,5% ao ano.

A sistemática adotada nos cronogramas em anexo permite acelerar a liquidação dos credores de menor valor e capacidade econômica, otimizando seus efeitos junto aos credores e empresas que dependem diretamente desses pagamentos para seu funcionamento, sem prejuízo daqueles que apresentam condições de melhor suportar o impacto do processo de recuperação em curso, especialmente arrolados no segundo grupo. Isso também contribuirá para o sucesso do plano, uma vez que estando com a situação regularizada com seus fornecedores, a Recuperanda poderá obter melhores condições de negociação, o que fará com que os resultados da empresa apresentem melhoras substanciais.

- B. MODALIDADE COLABORADOR: Os credores desta Classe que, dentro das necessidades avaliadas pela Recuperanda em seu giro comercial, assegurarem o fomento à atividade comercial desta em período posterior ao ajuizamento da Recuperação Judicial, seja concedendo ou mantendo serviços, quer financeiros como folha de pagamento, conta corrente, cobrança simples ou seguros em geral

quer outros de qualquer natureza, conforme demanda da Recuperanda e condições normais de mercado, serão considerados Credores Colaboradores e poderão optar por receber através da seguinte modalidade alternativa:

.Pagamento em parcela única, com vencimento 30 (trinta) dias após aprovação do Plano em assembleia de credores, no valor equivalente a 38% (trinta e oito por cento) do crédito reconhecido no Quadro de Credores.

A opção por recebimento na Modalidade Colaborador deverá ser manifestada no prazo de trinta dias contados da assembleia que aprovar o Plano de Recuperação Judicial, através de correspondência à Recuperanda pelo endereço de *e-mail credoresrjlytoranea@lytoranea.com.br*, com cópia ao Sr. Administrador Judicial. Os credores que não se manifestarem ou não se qualificarem para tal recebimento receberão seus créditos pela modalidade **A** de pagamento.

#### **5.2.4. CLASSE IV - CREDITORES ME E EPP**

Os Credores ME e EPP (Classe IV) poderão optar por receber através de uma das seguintes modalidades:

- A. Os Credores ME e EPP (Classe IV) serão pagos através de parcela única de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), respeitado o limite do valor de seu crédito arrolado no quadro geral de credores e com renúncia a eventual saldo, com vencimento em até 90 (noventa) dias.
- B. Os Credores ME e EPP (Classe IV) serão pagos com deságio de 70% (setenta por cento) em até 06 (seis) anos, após 01 (um) ano de carência, através de parcelas mensais e sucessivas, com atualização pela taxa de TR + 0,5% ao ano.

A opção deverá ser manifestada no prazo improrrogável de trinta dias contados da assembleia que aprovar o Plano de Recuperação Judicial, através de correspondência à Recuperanda através do *e-mail credoresrjlytoranea@lytoranea.com.br*, com cópia ao Sr. Administrador Judicial. A não manifestação dos credores no prazo acima fixado será considerada como opção pela modalidade **B** de pagamento.

### **III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

O presente “Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial” passa a fazer parte integrante do Plano de Recuperação Judicial já apresentado e publicado para os devidos fins legais, com a modificação de seus **itens nºs 3.1 e 5, e seus subitens**, na extensão do que aqui definido e dos acréscimos ora incorporados, ficando inalteradas e plenamente válidas todas as demais disposições do plano original que não se choquem com o presente instrumento.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2022.

**CONSTRUTORA LYTORÂNEA S.A.**